
Telejornalismo em rede: inserção da TV UFG na rede de emissoras públicas¹

Kamyla Faria Maia²

Nélia Rodrigues Del Bianco³

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar a participação da TV UFG, concessão educativa e cultural que atua na região metropolitana de Goiânia, na Rede Pública de Televisão, encabeçada pela TV Brasil. São analisados os processos e contratos de produção de conteúdo entre a cabeça de rede e a afiliada, os fluxos de envio de material e o aproveitamento na grade nacional. O estudo aponta os limites e possibilidade desse processo de compartilhamento de conteúdo e sua influência na manutenção da rede de emissoras públicas.

Palavras-chave

Telejornalismo; rede; TV UFG, TV Brasil.

Introdução

A formação de redes de televisão, nas quais um emissora se torna cabeça de rede e mantém afiliadas espalhadas pelo país que retransmitem a quase totalidade de sua programação, é o modelo predominante no sistema de radiodifusão comercial no Brasil. Essa integração foi possível com o incremento da tecnologia e da transmissão via satélite, possibilitada pela criação da Embratel, em 1965, “que teve como finalidade implementar o sistema de comunicações a longa distância, interligando as capitais e as cidades com maior número de habitantes do país” (GUERREIRO, 2016, p.27). Para conceituar o que é uma rede de emissoras de TV, Guerreiro aponta a definição dada pelos idealizados do projeto Donos da Mídia:

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019

² Doutoranda em Comunicação pela PPGCOM/ UFG e professora do Centro Universitário Alves Faria, e-mail: maia.kamyla@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação pela USP, com estágio de pós-doutorado na Universidade de Sevilha. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UFG e UnB. E-mail: nbianco@uol.com.br.

Conjunto de emissoras de rádio ou de TV que transmitem, de forma simultânea ou não, uma mesma programação gerada a partir de uma ou mais estações principais (cabeças de rede). Redes nacionais são aquelas presentes em mais de duas unidades da Federação. Redes regionais são aquelas presentes em até dois estados. Não são considerados redes de TV, os canais que operam exclusivamente nos serviços de TV por assinatura” (DONOS DA MÍDIA apud GUERREIRO, 2016, p. 30).

De maneira inversa, o modelo de rede não foi consolidado no setor não comercial de televisão, o que pode ser percebido nas diferentes iniciativas de criação de um sistema pretensamente público de radiodifusão no Brasil ao longo dos últimos sessenta anos. O primeiro projeto com essa finalidade se deu durante a ditadura militar, mais precisamente em 1978, quando a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) e o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), ambos ligados ao Ministério da Educação, tentaram criar um sistema integrado de emissoras educativas para a transmissão de programas com essa finalidade (GUERREIRO, 2016, p 21). Segundo Fradkin a tentativa não teria vigando e teria servido apenas para a formação de uma “redinha” para a transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 1978, na Argentina (FRADKIN, 2003, p. 02 apud GUERREIRO, 2016, p 21).

No ano seguinte o PRONTEL foi extinto e substituído pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), que criou o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), que incentiva que as emissoras pertencentes produzissem material e não só retransmitissem a programação das cabeças de rede, TVE Brasil e TV Cultura, o que não se concretizou de fato (GUERREIRO, 2016, p 22-3). Além disso, problemas administrativos e financeiros na Fundação Roquette-Pinto, que administrava a rede, e disputas de poder entre as cabeças de rede levaram a não consolidação do sistema integrado de emissoras não-comerciais.

Depois da redemocratização o SINRED foi extinto, mais precisamente em 1996, e, por isso, a TV Cultura encabeçou a criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), que se efetivou em 1998. Ela deu origem a Rede Pública de Comunicação. Essa articulação reunia 20 emissoras de televisão de caráter não comercial e tinha o intuito de estabelecer uma grade de programação comum entre as emissoras associadas. A Rede Pública era coordenada pela TV Cultura e

pela TVE Brasil, emissoras que transmitiam, em conjunto, 32 horas semanais (GUERREIRO, 2016, p 22, 25).

Essa articulação de emissoras não comerciais deu origem a um espaço institucional de debate sobre o tema, o Fórum Nacional de TVs Públicas. O espaço surgiu da articulação do Ministério da Cultura com a Radiobrás e as quatro modalidades de televisão sem fins lucrativos então existentes no país- as educativas, as legislativas, as universitárias e as comunitárias. Na segunda edição desse Fórum, realizada em 2007, ficou definido o que seria o Campo Público de Televisão; um grupo heterogêneo de emissoras não-comerciais que operam no Brasil, ou seja, aquelas ligadas à Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), à Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas (ASTRAL), à Associação Brasileira de TV Universitária (ABTU) e à Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) (VALENTE, 2009, p. 07). Essas emissoras apresentariam visões e concepções diferentes, mas podem ser unificadas em um mesmo espectro já que legalmente elas não podem ter finalidade comercial.

Tal Fórum foi um dos espaços de discussão para o estabelecimento das bases para a criação da TV Brasil, em 2007. Da mesma forma, as discussões sobre a TV pública no Brasil foram impulsionadas pela campanha presidencial de 2002, já que esse era um compromisso do PT desde sua fundação. Outra iniciativa importante para o surgimento da TV Brasil foi o seminário “O desafio da TV Pública”, realizado pela TVE do Rio de Janeiro em junho de 2003 e que reuniu, pela primeira vez na história do país, representantes das principais emissoras públicas de TV do mundo e dirigentes das emissoras educativas brasileiras e também da TV Cultura (CARRATO, 2013, p. 249).

A emissora gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) encabeça a tentativa mais recente de criação de um sistema público de televisão no Brasil, a Rede Pública de Televisão (RPTV), instituída na lei de criação da EBC, nº 11.652 de 7 de abril de 2008. O funcionamento da rede foi efetivado em 2010 com o papel de articular e fortalecer os laços entre emissoras de televisão universitárias federais e educativas estaduais.

TV Brasil

Em 10 de outubro de 2007 foi publicada a Medida Provisória 398 que instituiu “os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta” e autorizava a criação da empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. (BRASIL, 2008). A empresa pública de comunicação passou a ter as funções de executar os serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo Federal e operar sua própria rede de emissoras e estações retransmissoras e repetidoras, bem como distribuir a publicidade legal dos órgãos da administração direta e indireta

A norma fixou também os objetivos dos serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo Federal, entre eles: oferta de mecanismos para o debate público de temas de relevância nacional e internacional; desenvolvimento da consciência crítica do cidadão por meio de programação educativa, informativa e cultural promotora da cidadania; consolidação da democracia, com estímulo à participação da sociedade e, garantia do direito à informação dos cidadãos (VALENTE, 2009, p. 128).

A TV Brasil foi estruturada a partir da incorporação dos patrimônios e do pessoal da Empresa Brasileira de Comunicação, (RADIOBRÁS), e dos bens públicos da União que estavam sob a guarda da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, (ACERP). A Radiobrás foi criada em 1973 pelo governo militar com a finalidade de operar as estações de propriedade do governo federal; produzir e difundir programas informativos e de recreação e difundir conteúdos de produtoras de propriedade estatal. Até a criação da EBC, ela se manteve como a empresa que centralizava a comunicação estatal no país. A Acerp, por sua vez, era a mantenedora da TVE Brasil, emissora de caráter educativo que passou a ser um braço da nova emissora pública a partir de 2007 (VALENTE, 2009; CARRATO, 2013; GUERREIRO, 2016).

A estruturação legal da TV Brasil determinava que o veículo deveria ser administrado por uma Diretoria-Executiva, composta por Diretor-Presidente e Diretor-Geral, indicados pelo Presidente da República; além de mais seis diretores definidos pelo Regimento Interno. Os mandatos seriam de três anos, com a exceção do Diretor-Presidente, que permaneceria no cargo por quatro anos em período não coincidente com o mandato do presidente da República. Também estava prevista a existência de um Conselho Curador, órgão de controle social estruturado para zelar dos objetivos da

empresa, e de uma Ouvidoria. A legislação determinava que o financiamento do veículo deveria ser feito por meio de dotações orçamentárias federais, da prestação de serviços, da distribuição de publicidade legal e captação de patrocínios; ficando proibida a venda de anúncios publicitários (VALENTE, 2009).

A criação da emissora pública incentivou a formação de uma rede de emissoras não comerciais pelo país, notadamente concessões universitárias e educativas e culturais. Em 2010 foi iniciada a transmissão simultânea da Rede Pública de Televisão, liderada pela TV Brasil, em parceria com emissoras de 23 estados brasileiros. Durante seis anos, essa rede funcionou por meio de contratos de prestação de serviços entre a TV Brasil e as afiliadas, o qual foi extinto em 2016, com a chegada de Michel Temer ao poder, juntamente com o Conselho Curador.

Desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, as críticas ao projeto de emissora pública ganharam força, principalmente em relação a um suposto aparelhamento ideológico do veículo e aos altos gastos públicos com a manutenção do canal. Por causa dessas críticas, foram aventadas diferentes possibilidades de alterações na atuação da emissora pública, como a divulgação apenas de conteúdo governamental e até mesmo a retransmissão da programação da TV Cultura; medidas as quais não se efetivaram. Na prática o que ocorreu foi o enxugamento de pessoal, por meio do programa de demissão voluntária, iniciado no final de 2018.

O presidente recém-empossado, Jair Bolsonaro, amplificou as críticas à TV Brasil e chegou a prometer o fechamento do veículo. Depois de tomar posse ele anunciou uma nova “TV do governo” com programação “toda voltada para o povo brasileiro, numa clara confusão era as diretrizes de um emissora pública e uma emissora estatal (FELTRIN, 2019). Até a conclusão desse artigo as alterações na grade da TV Brasil ainda não estavam totalmente efetivas, mas apontavam para a união entre a programação da emissora de caráter público com a da TV Nacional do Brasil (TV NBR), canal controlado pelo governo federal com missão de divulgar as ações do Poder Executivo, além da criação de programas voltados para as forças armadas.

TV UFG

Uma das emissoras que fazem parte da Rede Pública de Televisão é a TV UFG, uma emissora de caráter educativo e cultural gerida pela Fundação Rádio e Televisão

Educativa e Cultural (RTVE), entidade de direito privado sem fins lucrativos que apoia a Universidade Federal de Goiás nas áreas da radiodifusão, comunicação, educação e cultura. A RTVE foi criada em 1996 para que a UFG tivesse acesso a uma concessão de uma emissora de televisão, uma vez que desde a década de 1970 as autarquias federais ficaram impedida de obter concessões de radiodifusão, já que os canais só poderiam ser concedidos à Radiobrás. (VALIM, 2015, p. 113). Apenas em 2004 o Ministério das Comunicações concedeu o canal 14-E UHF, que entrou em operações no dia 14 de dezembro de 2009. Atualmente a emissora é transmitida em sinal digital para praticamente toda a região metropolitana de Goiânia, pelo canal 15.1. Além disso, a TV UFG pode ser assistida pelos canais 21 da operadora de TV a cabo NET Goiânia e 15 da operadora de TV a cabo Gigabyte HDTV; pela página na internet www.tvufg.org.br e pelo canal na rede social de compartilhamento de conteúdos audiovisuais Youtube (TRINDADE, 2014; VALIM, 2015).

A emissora é regida por estatuto e regimento interno da Fundação RTVE e está submetida ao Conselho Deliberativo da mesma, que estabeleceu três resoluções que regulamentam a produção cooperada de conteúdos independentes; a captação de conteúdos finalizados e independentes; os tipos de produtos comunicacionais que podem compor a grade de programação e as formas de apoio cultural e patrocínio. A TV UFG conta também com a atuação da Assessoria de Programação, órgão colegiado que avalia, delibera e fiscaliza os conteúdos e a grade de programação.

A programação da TV UFG é formada por produções próprias, coproduções e produções independentes e também por convênios de retransmissão de conteúdo de outras emissoras, como TV Brasil, TV dos Trabalhadores e Canal Futura. Ao completar 10 anos em 2019, a emissora exhibe quatro programas próprios: *Viver Ciência*, *Se Liga na UFG*, *Enredo Cultural*- financiados por meio de projetos de extensão da UFG- e *Conexões*- programa jornalístico sem financiamento próprio e que até novembro de 2016 contava com recursos vindos de um contrato de produção de conteúdos firmado com a TV Brasil.

O setor de telejornalismo da TV UFG foi instituído em 2010, inicialmente para o cumprimento do contrato de produção conteúdo, que passou a vigorar em outubro daquele ano. A partir de outubro de 2011, as produções jornalísticas realizadas passaram a integrar o primeiro programa jornalístico da emissora, o *Conexões*, que primeiramente se constituiu como uma revista eletrônica semanal, tendo passado posteriormente para o

formato de programa de debates também semanal e por fim se estabelecido como um boletim diário de notícias. No formato atual a produção comporta notas, reportagens próprias e de parceiras (Canal Futura e TVT), quadros, entrevistas e um debate uma vez por semana. O programa vai ao ar de segunda a sexta, a partir das 18h30, e tem duração de meia hora.

A relação de produção e envio de conteúdo mensal para a TV Brasil durou de outubro de 2010 a agosto de 2016; ao longo dos seis anos de parceria foram firmados três contratos. O envio do material era realizado por meio de uma plataforma digital e cabia exclusivamente a cabeça de rede a decisão de solicitar edições e de exibir ou não as matérias e quadros enviados. O relacionamento com a emissora nacional era feito com integrantes do setor de Gestão de Rede.

1. Tabela 1: Produção de conteúdo pela TVUFG e exibição na TV Brasil

Ano	Material produzido	Material exibido
2010	34	3
2011	37	5
2012	31	12
2013	62	9
2014	103	18
2015	135	60
2016	59	33
Total	461	140

O primeiro contrato (EBC/SUREDE_PROD. JORN. nº 12/2010, Processo nº 0416/2010/EBC) previa a gravação de conjuntos de entrevistas com populares para o quadro *Pergunta do Dia do Repórter Brasil* duas vezes por semana, povo fala e quadros para outros programas da casa sob demanda e produção de matérias solicitadas pela equipe do *Repórter Brasil* ou sugeridas pela equipe da TV UFG. O pagamento era fixo e realizado mediante o envio prévio de um plano de trabalho com a quantidade de produção obrigatória que seria realizada no mês e sugestões de matérias a serem produzidas e o envio posterior de um relatório das atividades executados em cada mês. O envio do recurso não estava atrelado à exibição do material, mas sim o cumprimento do plano de trabalho.

O segundo contrato (EBC/SUREDE_PROD. JORN. nº 001/2012, Processo EBC nº 2390/2012) começou a vigorar em março de 2013 e passou a prever, além da

realização dos conjuntos de entrevistas com populares duas vezes por semana, o envio de reportagem mensal para o programa cultural *Paratodos*, de matérias solicitadas pela equipe do *Repórter Brasil* ou sugeridas pela equipe da TV UFG (inicialmente a cada quinze dias e depois semanalmente) e a produção diária de notas com informações factuais sobre o estado de Goiás. O pagamento de recursos continuou a ser feito uma vez por mês em valor fixo, não atrelado à quantidade de produções enviadas e exibidas.

Durante a vigência dos dois primeiros contratos, o setor de jornalismo era formado por apenas uma jornalista que se revezava nas funções de produtor, repórter e editor de texto, além de um cinegrafista e um editor de vídeo. Para suprir a necessidade de envio de conteúdo era necessário muitas vezes reaproveitar material produzido por outros programas da casa, enquadrando o produto no formato jornalístico. A equipe enxuta se reflete no baixo número de produções e no reduzido aproveitamento do material, uma vez que a qualidade do que era produzido não atendia às expectativas da cabeça de rede.

Entre 2010 a 2012 foram produzidas em torno de 30 reportagens por ano, sendo que o máximo de 12 produções foram veiculadas na rede nacional. A evolução no número de conteúdos aproveitados pode ser entendida como uma adequação da equipe às exigências de qualidade da TV Brasil e também ao aumento da produção jornalística em decorrência da consolidação do programa *Conexões*. Nos anos iniciais, as matérias exibidas foram principalmente aquelas produzidas sob demanda da emissora nacional ou que tratavam de datas comemorativas, como Natal e Carnaval, e rememoração de fatos e personagens históricos, como o acidente radioativo com o Césio 137, ocorrido em 1987, e a trajetória da poetisa goiana Cora Coralina.

A partir de 2013, houve uma estruturação do setor de jornalismo da TV UFG com a contratação de mais funcionários, o que acarretou no aumento significativo do material enviado para a emissora nacional, que foi duplicado. No entanto, não houve aumento do aproveitamento do material. Pelo contrário, o número de produções exibidas pelos programas da TV Brasil ficou abaixo do ano anterior. O dado pode estar relacionado à demora na adaptação dos nossos profissionais da equipe da emissora goiana com a produção em rede e com as especificidades da cabeça de rede.

Para melhorar o relacionamento com as emissoras afiliadas, a TV Brasil começou a realizar encontros setoriais de jornalismo com representantes das equipes parceiras, nos quais eram discutidos a linha editorial do telejornalismo e também as

maneiras para incentivar e facilitar a troca de materiais. Por sua vez, a TV UFG também se preocupou em estreitar essa relação e por isso, promoveu dois eventos para debater a comunicação pública com os parceiros. O primeiro foi o Seminário Telejornalismo Público e Produção em Rede, realizado em 2014 com a presença de Monyke Castilho, gestora de rede da TV Brasil, e de Eurico Tavares, diretor de jornalismo da EBC. E no ano seguinte o canal goiano promoveu o Seminário de Comunicação Pública e Cidadania, também com a presença de Eurico Tavares, juntamente com representantes de outras emissoras parceiras.

O último contrato firmado entre TV Brasil e TV UFG (EBC/DIGER/CONTRATO N° 004/2014, Processo EB n° 0749/2014) começou a ser executado em novembro de 2014 e previa o envio de um planejamento mensal de pauta, de no mínimo sete matérias e conjuntos de entrevistas com populares duas vezes por semana. Tal acordo também possibilitava o compartilhamento de material para outros departamentos da cabeça de rede, por sugestão ou por demanda, o que ampliou a possibilidade de exibição de conteúdo local. As matérias produzidas pelas afiliadas passaram a ser exibidas principalmente no Jornal Visual, telejornal voltado para pessoas com deficiência auditiva, e no *Stadium*, programa esportivo que ganhou mais importância na grade depois que a TV Brasil passou a exibir a série C do Campeonato Brasileiro. O pagamento pelo material enviado se manteve condicionado ao cumprimento de envio de demandas.

Além disso, o contrato abriu portas para o incremento na verba das emissoras afiliadas, uma vez que estas poderiam enviar produtos especiais com recebimento de pagamento adicional. Esse envio com custo variável compreendia desde matérias especiais até programas completos, sendo a remuneração condizente com o tamanho do material. Esse formato possibilitou a TV UFG a produção de matérias em outras cidades de Goiás, a realização do programa de grandes reportagens *Caminhos da Reportagem* sobre a Chapada dos Veadeiros Janeiro e a produção de quadros para coberturas especiais como o Brincando o Carnaval e Brincando no Arraiá.

Outro ponto que mostrou a evolução na parceria foi a melhoria no relacionamento com a TV Brasil e o retorno em relação ao material recebido. O setor responsável pela rede implementou a política de envio de um documento com a avaliação da qualidade do material enviado e informações sobre a exibição das produções ou sobre o motivo do não aproveitamento. Isso representou um incremento

na produção, já que foi possível entender melhor a visão dos profissionais a respeito do material produzido e dessa forma corrigir possíveis erros e inadequações.

Com o incremento do contrato a produção deu um salto, já que em 2014 e 2015 foram produzidas mais de cem matérias em cada ano. Isso foi resultado da profissionalização do setor de jornalismo com contratação de novas equipes de reportagem, um no turno matutino e outra no vespertino, e com a organização de um calendário de coberturas a serem realizadas – conforme as efemérides – e o incremento na relação com assessorias de imprensa e órgãos oficiais. Além de ser enviado para a cabeça de rede, o material produzido pelo setor de jornalismo se tornou conteúdo do programa diário da TV UFG, *Boletim Conexões*, que estreou em outubro de 2015.

Esse foi o período em que mais reportagens da emissora local foram exibidas na TV Brasil, não só no *Repórter Brasil* como também no *Jornal Visual* e no *Stadium*. Em 2015 foram mais de 60 materiais, entre reportagens, sonoras e imagens, emplacadas nos programas da grade nacional. Como pode ser percebido pela Tabela 2 esse incremento levou a TV UFG a ampliar seu foco de abordagem no material produzido. Além das efemérides e assuntos já corriqueiros na cobertura factual, como a ocorrência de dengue, foi possível dar mais visibilidade para fontes alternativas em assuntos de grande relevância no Estado, como o movimento de ocupação de escolas estaduais por estudantes em protesto contra a projeto de transferência da gestão de unidades para Organizações Sociais.

Com o aproveitamento de material em outros programas nacionais também foi dada importância para a cobertura do Vila Nova, time de futebol que estava disputando a série C do Campeonato Brasileiro naquele ano, e de esportes e atletas paraolímpicos, uma vez que a TV Brasil já se preparava para a cobertura dos Jogos Paralímpicos de 2016, realizado no Rio de Janeiro. Por outro lado também aumentou a produção de materiais sobre pesquisas científicas feitas pela UFG, principalmente pela adaptação de conteúdo de reportagens produzidas para o programa de divulgação científica *Viver Ciência*.

Em decorrência do não pagamento de recursos previstos em contrato durante os anos de 2014 e 2015, a TV UFG não teve condições financeiras de manter a estrutura montada para atender as demandas de produção e por isso a equipe foi desfeita, sobrando apenas uma jornalista para realizar o trabalho interno do setor de jornalismo e manter a parceria com a rede. A crise no modelo de parceria entre a TV Brasil e suas

afiliadas se instaurou de forma irremediável no ano seguinte, uma vez que após o impeachment da presidente Dilma Rousseff e da posse de Michel Temer o contrato de produção de conteúdo foi extinto, juntamente com o Conselho Curador e o mandato do presidente da TV Brasil. Nos meses seguintes ao fim do contrato ainda houve tentativas de manter o relacionamento, tanto por parte da emissora nacional, que ainda solicitava conteúdo, quanto da afiliada, que durante alguns meses continuou a enviar matérias aproveitadas da produção jornalística local mesmo sem o respectivo pagamento. No entanto, a inexistência de recursos para financiar o setor de jornalismo impossibilitou a continuidade da relação, que há mais de dois anos encontra-se totalmente paralisada.

Tabela 2: Principais matérias produzidas pela TV UFG e exibidas na TV Brasil

Ano	Reportagens Exibidas
2010	<ol style="list-style-type: none"> 1. Imagens de Natal 2. Mensagens de Natal 3. Passeio ciclístico
2011	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cavalhadinha 2. Chegada da Seleção Brasileira 3. Coletiva da Seleção 4. Rally dos Sertões 5. Césio 137
2012	<ol style="list-style-type: none"> 1- Vermiculita 2- Carnaval de Rua 3- Procissão do Fogaréu 4- Cavalhadas 5- Fica 6- Cultura Goiás 7- Eleições 8- Fotografia Hélio de Oliveira 9- Bonecas Karajá 10- Estudante com Síndrome de Down 11- Cora Coralina
2013	<ol style="list-style-type: none"> 1- Dengue 2- Hanseníase 3- Congresso da UNE 4- Morte de Pessoas em Situação de Rua 5- Semana da Consciência Negra 2013 6- Dia da Luta Antimanicomial
2014	<ol style="list-style-type: none"> 1. Biocombustíveis 2. Mulheres na Fábrica 3. Arte Urbana. 4. Amistoso Brasil/ Panamá 5. Festa do Divino 6. Arraiá do Cerrado

	<ol style="list-style-type: none"> 7. Febre Chicungunya. 8. Festival Câmera Cotidiana 9. Escolas Militares 10. Segundo Turno das Eleições 11. Mortes no Trânsito 12. Dia do Músico 13. Goiás em Cores 14. Malária 15. Exposição para cegos 16. Acidentes com motos 17. Desrespeito às leis de trânsito
2015	<ol style="list-style-type: none"> 1- Posse Governador 2- Folia de Reis 3- Filtro com Borra de Café 4- Movimento de População de Rua 5- Epidemia de Dengue 6- Vacina Tuberculose 7- Procissão do Fogaréu 8- Obesidade 9- Cegueira 10- Drones em Pesquisas 11- Banda Pequi 12- Livro de Colorir 13- Festa do Divino de Pirenópolis 14- Greve Técnico- Administrativos UFG 15- Brincando no Arraiá 16- Escolas Modulares 17- Festa do Divino de Trindade 18- Loja Vazia 19- Encontro de Culturas 20- Reprodução Humana 21- Reconhecimento Facial 22- Separação de Siameses 23- Festival Pirenópolis.doc 24- Preparação Mesatenista 25- Catira 26- FICA 27- Copa Brasil BMX 28- Operação Quinto Elemento 29- Espaço Saúde UFG Mais 30- Salta Brasil 31- OBMEP Jean 32- Olimpíada de Robótica 33- Passagem de Bloco- Gonzaguinha 34- Vila Nova 35- Planta Dengue 36- Wendell Lira 37- Ocupação Escolas 38- Invenção Seu João

	<p>39- Agressão Ocupação 40- Dose de Letras 41- Arte em Tapumes 42- Visita Escolas 43- Entrega de Casas a Quilombolas</p>
2016	<p>1- Manifestação Escola Ocupada 2- Prótese de Baixo Custo 3- Ação Pneus Dengue 4- Chegada Wendell Lira 5- Funcionário Dengueiro 6- Desocupação Escola 7- Ocupação Sefaz 8- Ocupação Seduce 9- Cinema Azul 10- Casamentos Homoafetivos 11- Desocupa Seduce 12- Mobilização contra o Aedes Aegypti 13- Operação Lavajato 14- Condomínios Dengue 15- Agricultura Urbana 16- Rugby Universitário 17- Halterofilismo Paralímpico 18- Vôlei Sentado 19- Atleta Paralímpica Jane Karla 20- Acessibilidade na Educação 21- Dicionário de Goianês 22- Nanotecnologia Farmacêutica 23- Festival de Palhaçaria 24- Agricultura Orgânica 25- Biomecânica no Esporte: 26- Whay Protein 27- Aplicativo Tainacan 28- Descarte de Remédios 29- Dinossauros em Goiás</p>

Considerações Finais

As fragmentadas iniciativas de consolidação de um sistema público de televisão no Brasil estão distantes de um projeto político consistente e tem se mostrando ineficientes frente à hegemonia do modelo comercial, pois acabaram sendo guiadas mais por interesses governamentais e sofrendo alterações significativas em função da plataforma política de cada governo. Essa ineficiência é reflexo da dificuldade de compreensão em relação as diretrizes e a real contribuição de um emissora de caráter público para o aprimoramento da democracia.

Institucionalmente a TV Brasil, projeto contemporâneo de emissora pública, se mostrou empenhada em construir uma rede forte e horizontalizada de troca de produtos com previsão de envio de recursos, incentivando a produção regional e garantindo diversidade em sua programação, pelo menos nos programas jornalísticos. Tal iniciativa era importante também para a cabeça de rede, já que poderia aumentar o alcance da emissora nacional e melhorar sua relevância e seus índices de audiência.

No entanto, havia vários problemas a serem enfrentados para que ela pudesse alcançar esse objetivo. O primeiro era a qualidade do conteúdo produzido e a capacidade de atuação das emissoras parceiras, como pode ser exemplificado pelo caso da TV UFG. No início havia reduzida capacidade de produção e, conseqüentemente, pouco aproveitamento do material. Por outro lado, não havia clareza de como os produtos deveriam ser produzidos, nem mesmo diálogo qualificado sobre o que deveria ser melhorado.

Além disso, a linha editorial da TV Brasil no jornalismo pouco se diferenciava dos canais comerciais, uma vez que a emissora buscava também retratar eventos factuais ao invés de buscar visões plurais sobre as realidades locais. Isso refletia nas afiliadas, que eram incentivadas a produzir conteúdo sobre fatos jornalísticos que, dentro da visão de telejornalismo comercial, são entendidos como mais relevantes para a sociedade, como datas comemorativas, tradições e personalidades locais, ao invés de buscar diferentes olhares sobre os acontecimentos ou até mesmo aprofundamento de temáticas abordadas.

Enquanto esteve ativa, Rede Pública de Televisão evoluía na direção de consolidar um tipo de abordagem que seria mais condizente com o que se espera de uma emissora pública e de aprimorar o relacionamento com as parceiras. No entanto, o projeto foi sofrendo discontinuidades antes mesmo que seus objetivos fossem alcançados. Em mais um exemplo de discontinuidade de políticas voltadas para a radiodifusão pública o governo federal encerrou os contratos de produção de conteúdo logo após o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, alegando corte gastos. O interesse era claro, enfraquecer o sistema público de televisão, que oferecia janelas de expressão da sociedade e de prestação de serviços de interesse do cidadão e propiciava a pluralidade de visões pelo olhar da produção regional.

O fim do contrato teve um impacto significativo para a TV UFG, assim como para outros canais universitários e educativos afiliados à Rede Pública de Televisão,

uma vez que um dos grandes problemas enfrentados é a dificuldade de financiamento. No caso da emissora educativa goiana, o fim do envio de recursos representou a perda da única verba para a manutenção do telejornalismo local e conseqüentemente a interrupção de envio de material. Dessa forma a TV Brasil deixou de contar com os materiais de várias emissoras e desse forma enfraqueceu sua tentativa de se tornar a TV de vários sotaques, com programação diferenciada para suas variadas faixas de público. Tal diversidade cultural de conteúdos na TV é uma fundamental para a construção da identidade e a expressão das singularidades que compõe um país tão vasto e diversificado como o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRATO Ângela Maria D.. **Uma história da TV Pública brasileira.** 2013. 286 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.** Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Presidência da República, Casa Civil, 2008.

FELTRIN, Ricardo. Após anunciar fechamento, Bolsonaro anuncia "nova TV Brasil". UOL Entretenimento, 07.02.2019 Disponível em <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2019/02/07/apos-anunciar-fechamento-bolsonaro-anuncia-nova-tv-brasil.htm>. Acessado em: 04.04.2019.

GUERREIRO, Soane Costa. **TV Brasil e a Rede Pública de Televisão:** uma trajetória de dependência. 2016. 180 f. Tese (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

MAIA, Kamyla Faria. **Periodismo Público em Goiás:** estudo de Caso de TV UFG. IV Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. Salamanca, Espanha, 2017.

TRINDADE, Gabriel Vianna Bezerra da. **Comunicação Pública:** um estudo de caso da TV UFG. 2014. 111 f. Monografia (Graduação). Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil:** a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Brasília, 2009.

VALIM, Michael Alessandro Figueira. **Os Direitos Humanos na Tela da TV:** o direito humano à comunicação, a defesa e a promoção dos direitos humanos na televisão pública. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.